



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

Aos 09 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Informações
2. Grupo de Trabalho - Escrutínio de Iniciativas Europeias
3. Designação dos membros da CAE que integrarão a delegação à Conferência Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa - Dias 3 e 4 de março de 2021
4. Outros Assuntos
5. Apreciação e votação de ata n.º 62 de 02 de fevereiro de 2021

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Informações

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputado Luís Capoulas Santos, informou sobre a reunião informal de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos da União Europeia com Stella Kyriakides, Comissária responsável pela Saúde, sobre o tema “Construir uma forte União Europeia da Saúde”, que teve lugar no dia anterior (dia 8 de fevereiro) por videoconferência. Expressou agrado pela elevada participação e pelas informações e esclarecimentos prestados. Deu nota da próxima reunião



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

informal no âmbito dos diálogos com a Comissão, que terá lugar a 7 de abril, com o Vice-Presidente Executivo Valdis Dombrovskis sobre Comércio Internacional e Resiliência.

A Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) pediu a palavra para dar conhecimento sobre os principais assuntos abordados na reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da Europol, que teve lugar nos dias 1 e 2 de fevereiro por videoconferência, tendo dado nota dos temas do respetivo programa e oradores.

Destacou ainda as questões debatidas na reunião, tais como; a revisão do mandato da Europol no que respeita à proteção de dados e à relação com entidades privadas; a cooperação policial com países terceiros, inclusive o Reino Unido; a competência para iniciar investigações ainda que sem impacto transfronteiriço; o recurso à internet para a prática de atividades criminosas (*phishing*), pornografia, falsificação de equipamentos médicos e desinformação (*fake news*) associada ao terrorismo e extremismo de direita, entre outros.

Referiu, também, a existência de um oficial de ligação da Europol com a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeiras (Frontex) e a a pareceria entre a Europol e a Procuradoria da União Europeia.

A Senhora Deputada sugeriu ainda que se pudesse ouvir o representante português no Conselho de Administração da Europol com o estatuto de observador (Diretor Adjunto da Polícia Judiciária), para acompanhamento destas matérias e dos desenvolvimentos do debate em curso sobre a revisão do mandato.

Findo o detalhado resumo, a Senhora Deputada Isabel Meireles (PSD) questionou se teria sido abordado o conceito de *dark store*, tendo a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) esclarecido que tal conceito não foi referido. O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) pediu a palavra, começando por clarificar que esse conceito não está associado a práticas criminais nem à situação de crime informático, mas sim ao surgimento do comércio eletrónico, designando os centros logísticos onde se armazenam os bens que se comercializam eletronicamente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

Quanto à audição com o Diretor Adjunto referiu que a mesma deveria ser promovida pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, uma vez que a CAE não tem primazia em matéria de questões de segurança interna e de combate à criminalidade, tendo a Senhora Deputada Isabel Meireles (PSD) discordado desta sugestão, por considerar que a CAE tem competência para convocar a audição com o Diretor Adjunto, atendendo ao cargo que representa junto ao Conselho de Administração da Europol e consequente finalidade da audição sobre esta matéria.

A Senhora Deputada Fabíola Cardoso (BE) sublinhou a necessidade destas respostas inovadoras não poderem colocar em causa os direitos, liberdades e garantias, mesmo quando estão em causa assuntos de segurança.

2. Grupo de Trabalho - Escrutínio de Iniciativas Europeias

O Senhor Presidente apresentou os resultados da reunião realizada imediatamente antes da reunião ordinária da Comissão, dando nota que, das 15 iniciativas, apenas uma foi indicada para escrutínio e quatro sinalizadas para conhecimento às Comissões competentes.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio assinalando que, na Comissão de Cultura e Comunicação o mercado digital tem sido tratado com detalhe, sugerindo sinalizar a iniciativa proposta para escrutínio também a esta Comissão, de forma a enriquecer o contributo, não merecendo esta proposta objeções. Uma vez submetida a votação, a lista de iniciativas foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

Referência	Data da Iniciativa	Título	Relator da Comissão Competente
COM(2020)825	15/12/2020	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um mercado único de serviços digitais (Regulamento Serviços Digitais) e que altera a Diretiva 2000/31/CE	Escrutínio à 6.ª Comissão (CEIOPH) e à 12.ª Comissão (CCC)
COM(2020)842	15/12/2020	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à disputabilidade e equidade dos mercados no setor digital (Regulamento Mercados Digitais)	Conhecimento à 6.ª Comissão (CEIOPH)

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.^a SL

COM(2020)851	22/12/2020	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO que define a posição da Comissão na sequência da Resolução do Parlamento Europeu, de 22 de outubro de 2020, sobre as obrigações da Comissão em matéria de reciprocidade de vistos, e apresenta um balanço dos progressos alcançados	Conhecimento à 1. ^a Comissão (CACDLG)
COM(2021)31	25/01/2021	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2021/XXX no respeitante a determinadas possibilidades de pesca provisórias para 2021 nas águas da União e águas não União	Conhecimento à 7. ^a Comissão (CAM)
COM(2021)50	27/01/2021	LIVRO VERDE SOBRE O ENVELHECIMENTO Promover a responsabilidade e a solidariedade entre gerações	Conhecimento à 1. ^a Comissão (CACDLG), 6. ^o Comissão (CEIOPH), 9. ^a Comissão (CS) e 10. ^o Comissão (CTSS)

3. Designação dos membros da CAE que integrarão a delegação à Conferência Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa - Dias 3 e 4 de março de 2021

O Senhor Presidente informou que, segundo o método seguido pela CAE para esta designação (método D'hondt), caberia ao GP PS indicar dois elementos para integrar esta delegação. No entanto, de forma a garantir pluralidade democrática, sugeriu que se designasse um membro do GP do PS e outro do GP do PSD, proposta que foi aceite pelos membros da Comissão. Os GP ficaram de indicar os membros da delegação posteriormente.

4. Outros Assuntos

Em relação à audição agendada para dia 11 de fevereiro com a Senhora Vice-Presidente de Comissão Europeia Dubravka Šuica, que incidirá sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa e sobre as prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, principalmente as relacionadas com demografia e democracia, o Senhor Presidente questionou se os Senhores Deputados gostariam de colocar mais algum ponto para discussão, não havendo manifestações nesse sentido.

Sobre a grelha de tempos, o Senhor Presidente sugeriu um período inicial até 15 minutos para a Senhora Vice-Presidente fazer a sua intervenção inicial,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

reservando-se cinco minutos por cada GP para colocar questões e 20 minutos finais para resposta da Senhora Comissária.

O Senhor Presidente esclareceu que Conferência sobre o Futuro da Europa deveria ter sido lançada no Dia da Europa do ano passado, não tendo sido possível devido a questões relacionadas com a pandemia e questões organizativas.

Deu ainda nota da apresentação, por parte da Presidência Portuguesa, de uma proposta no sentido de a comissão executiva desta Conferência ser presidida pelos Presidentes das três Instituições da UE, o que já mereceu aprovação em COREPER. Prevê-se, no entanto, que esta Conferência não se inicie antes do dia 9 de maio, colocando-se ainda a questão sobre o papel dos Parlamentos nacionais nesta Conferência, tendo a Assembleia da República subscrito, em dezembro, uma carta assinada por 24 Parlamentos nacionais reclamando uma paridade com as Instituições Europeias. Contudo, e uma vez que a Presidência Portuguesa propôs que os Parlamentos nacionais participassem com estatuto de observadores, sugeriu o Senhor Presidente a elaboração de uma carta que reclamasse um estatuto de “*observador mais*”, permitindo aos Parlamento nacionais a possibilidade de discutir e apresentar propostas na comissão executiva, ainda que o direito de voto ficasse reservado às instituições europeias. Esta proposta seria enviada aos membros da troica presidencial da COSAC e, merecendo o seu acordo, colocada à consideração das restantes delegações.

A Senhora Deputada Isabel Meireles (PSD) considera uma solução inteligente que trará maior protagonismo à COSAC. O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu não colocar qualquer objeção ao avanço desta proposta, colocando as reservas e observações que entender por convenientes oportunamente, tendo a Senhora Deputada Fabíola Cardoso (BE) manifestado posição semelhante.

Ficou, assim, acordado que a proposta de carta seria remetida à troica, solicitando o Senhor Presidente Mesma fosse também distribuída aos membros da CAE.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

Em relação ao formato das reuniões ordinárias da CAE, foi decidido por unanimidade que as próximas reuniões decorreriam em formato virtual, com exceção das reuniões com os Membros do Governo (nas quais os membros da mesa e coordenadores podem estar presentes) e das audições com Comissários Europeus que, por exigirem plataformas digitais mais complexas, implicam que os deputados que entendam intervir devam estar presentes em sala. No caso de o Membro do Governo querer participar por videoconferência, sugeriu a Senhora Deputada Isabel Meireles (PSD), que deveria ser o Senhor Presidente a decidir o formato a adotar casuisticamente, tendo sido aceite pelos demais.

Foi ainda acordado que a reunião do dia 17 de fevereiro decorreria em duas partes: audição regimental do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e matérias pendentes de decisão, com prazo para aprovação, bem como Grupo de Trabalho de Escrutínio das Iniciativas Europeias.

5. Apreciação e votação de ata n.º 62 de 02 de fevereiro de 2021

O Senhor Presidente colocou a votação a ata n.º 62, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

A reunião foi encerrada às 17:36 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 fevereiro de 2021.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 63/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Miguel dos Santos
António Cunha
António Lima Costa
Bacelar de Vasconcelos
Beatriz Gomes Dias
Bruno Dias
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Brás
Constança Urbano de Sousa
Cristina Mendes da Silva
Duarte Marques
Fabíola Cardoso
Isabel Meireles
Isabel Oneto
João Pinho de Almeida
Luís Capoulas Santos
Paulo Moniz
Sérgio Marques
António Maló de Abreu
Catarina Rocha Ferreira
Edite Estrela
Fernando Paulo Ferreira
Maria Gabriela Fonseca
Rita Borges Madeira
Santinho Pacheco
Tiago Barbosa Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Rodrigues
Paulo Pisco
Pedro Cegonho
Rosário Gambôa